

RELATÓRIO PARCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

DATA: 19/5/2009

TEMA: Debater o impacto da crise econômica no setor agropecuário de Minas Gerais.

CONVIDADOS:

Gilman Viana, Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária de Minas Gerais; Afonso Damásio Soares, Superintendente Técnico da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o Presidente da entidade, Sr. Roberto Simões; Rômulo Luiz Campos, Assessor de Assalariados Rurais, representando o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de o Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, Sr. Vilson Luiz da Silva; Eric Miranda Abreu, Presidente do Movimento SOS Cafeicultura; Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar – Sindaçúcar-MG – e do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool de Minas Gerais – Siamig –; Celso Costa Moreira, Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados de Minas Gerais – Silemg –, representando o Presidente da entidade, Sr. Alessandro J. Rios de Carvalho.

PARLAMENTARES PRESENTES:

Efetivos:	Outras Presenças:
Dep. Sebastião Helvécio / PDT (Coord.);	Dep. Vanderlei Jangrossi / PP;
Dep. André Quintão / PT;	Dep. Antônio Carlos Arantes / PSC;
Dep. Antônio Júlio / PMDB;	Dep. Carlos Gomes / PT;
Dep. Dalmo Ribeiro Silva / PSDB;	Dep. Chico Uejo / PSB;
Dep. Domingos Sávio / PSDB;	Dep. Paulo Guedes / PT;
Dep. Jayro Lessa / DEM.	Dep. Weliton Prado / PT.

Contextualização

Para o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Gilman Viana, todos os segmentos da agropecuária mineira foram afetados pela crise econômica internacional, sendo diferenciada a intensidade dos impactos entre as cadeias produtivas. Essa afirmação foi reiterada pelos representantes da Faemg, do Silemg, do Movimento SOS Café e do Siamig/Sindaçúcar, que, além disso e em uníssono, apontaram que a crise operou como fator de aprofundamento dos problemas que já vinham sendo percebidos. Foi consenso, também, entre os convidados a relação dos principais impasses do setor, sendo eles: a dificuldade de acesso ao crédito, o alto custo dos financiamentos, a política tributária do Estado, a ausência de políticas efetivas de garantia de preços mínimos e os entraves à produção impostos pela política ambiental do Estado.

Para contextualizar a atual conjuntura da agropecuária mineira, o Secretário analisou a dinâmica dos países em desenvolvimento neste momento de crise. Após um histórico crescimento econômico, que elevou a participação desses países de 37% para 45% no PIB mundial — promovendo a retirada de 140 milhões de pessoas da pobreza, a aceleração da urbanização e a elevação significativa do consumo de energia —, houve um brusco corte de expectativas em função do recrudescimento da crise internacional, sem que, contudo, alcançassem o estágio da recessão. Esse cenário diferiu fundamentalmente do ocorrido nos países desenvolvidos, que com a crise passaram a apresentar quadros de depressão econômica.

Nessa perspectiva, fruto da década pré-crise, a produção agrícola brasileira vinha impulsionada pela crescente demanda mundial por alimentos e energia, sempre respaldada na elevação dos preços. Com isso, a redução dos preços dos produtos agrícolas, ocorrida no terceiro semestre de 2008, impôs severo prejuízo para a agropecuária nacional, visto que a elevada produção passou a ser remunerada por preços deprimidos, ocorrendo eventuais quebras de contratos, ou mesmo devolução de cargas.

Tabela 1 - Preços médios de exportação - US\$/ton

Produto	Carne - Bovinos	Carne - Suínos	Carne - Aves	Produtos Lácteos	Café
2007	3.561	1.687	1.381	3.137	2.325
2008	4.068	2.415	1.608	3.951	2.703
2009*	3.083	2.083	1.093	2.852	2.234

Fonte: Aliceweb - MDIC
(*) 2009 - jan/abr

Devido ao bom desempenho no primeiro semestre de 2008, o PIB do Agronegócio do Estado cresceu 14,8% nesse ano, caracterizando o melhor

desempenho do setor desde 2001, quando o indicador passou a ser calculado. Contudo, quando se compara esse desempenho nos períodos de janeiro a julho e de agosto a dezembro, percebe-se a grande disparidade resultante da crise: se no primeiro momento houve crescimento médio de 1,81% ao mês, no segundo, tal crescimento foi de 0,25%.

Com relação aos impactos da crise em 2009, o PIB do Agronegócio Mineiro apresentou retração de 0,24% em fevereiro, computando um crescimento negativo de 0,63% nos dois primeiros meses desse ano. Discriminando esses dados, verifica-se uma retração acumulada para o agronegócio agrícola de 0,18%, e de 1,07% para o agronegócio da pecuária. De modo geral, prevê-se uma retração de 0,64% do PIB do setor com relação ao ano anterior, caindo de R\$93,9 bilhões para R\$93,3 bilhões

Para a Faemg, no que se refere à renda agropecuária mineira, estima-se que o segmento primário fique na casa dos R\$29 bilhões, o que representa uma queda de 11,8% com relação a 2008, quando a renda alcançou R\$32,9 bilhões. Isso se explica pela queda dos preços de grande parte dos produtos agropecuários verificada no Estado.

Ainda que não constituam medidas concebidas diretamente para o enfrentamento da crise, o Secretário expôs diversas ações e investimentos do governo estadual como sendo importantes para superação dos seus efeitos, a saber:

- 1- corredor logístico para exportação de grãos (Projeto Noroeste) – entreposto intermodal em Pirapora interligado por meio de ferrovia ao porto de Tubarão;
- 2- produção de biodiesel – meta de 40.000ha cultivados e 16.000 produtores envolvidos no ano agrícola 2009/2010, com assistência técnica da Emater;
- 3- Programa Certifica Minas – 381 propriedades certificadas em 2008 e meta de outras 419 em 2009;
- 4- bovinocultura de corte (2008) – 444 propriedades aptas para exportação para a União Européia; 26 feiras e 699 tourinhos comercializados via Programa Pró-Genética; fortalecimento das indústrias de abate e redução do abate informal via Programa Minas-Carne;
- 5- Programa Minas+Seguro (2008) – 1.796 apólices beneficiadas, aporte de R\$3,8 milhões para 237 mil hectares de lavouras asseguradas de milho e soja;
- 6- Programa Minas Leite – apoio na gestão de 234 propriedades com *software*; circuito Minas Leite envolvendo 12 Municípios;
- 7- Projeto Jaíba – formação do maior pólo de sementes de hortaliças do Brasil, melhoria do sistema de irrigação para os lotes da agricultura familiar

com R\$13 milhões investidos em melhoria de sistemas de irrigação e mais R\$20 milhões na melhoria da infraestrutura.

Análises Setoriais

Afonso Damásio Soares, Superintendente Técnico da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg

Desde a estabilização econômica brasileira, promovida pelo Plano Real, a agropecuária brasileira tem sido penalizada pela queda da renda do agronegócio, com os custos sempre crescendo mais que os preços recebidos pelos agricultores. Os setores mineiros do café e do leite são exemplos dessa penalização, que se agravou com a presente crise internacional, ocasionadora de brusca redução da demanda externa, aumentando a oferta no mercado interno e repercutindo na queda dos preços ao produtor.

Para a Faemg, em um momento como esse, a atual Política de Garantia de Preços Mínimos do governo federal não opera com o objetivo de adequar tais preços aos gastos do produtor, garantindo-lhe renda. Ao contrário, contribui para a redução dessa renda na medida em que indica preços ao mercado inferiores aos custos de produção.

A entidade aponta ainda outros impasses para o setor agrícola, a saber: o crédito para financiamento, que chega a ser anunciado, mas não é devidamente disponibilizado; e as restrições ambientais, que têm representado um alto custo para o produtor agrícola. Um trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, que mapeou as restrições ambientais do País e apontou as grandes limitações à produção no Estado, com destaque para o Sul de Minas e a Zona da Mata, que são justamente as zonas agrícolas mais tradicionais de Minas Gerais. Diante dessas restrições, o produtor é visto como um depredador do meio ambiente, o que não condiz com a realidade.

Com relação à cafeicultura, comentou-se que a conjuntura desfavorável é anterior à presente crise econômica, motivo pelo qual os produtores têm lidado com margens negativas de lucro há vários ciclos produtivos. Com o endividamento do setor, o cenário tem se agravado, conforme apontam dados do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé –, que registram 30% de inadimplência nas operações já com perfil alongado junto ao Fundo, que correspondem a R\$260 milhões. Considerando outras fontes de financiamento, estima-se que as dívidas do setor alcançam os R\$5 bilhões.

No que se refere à bovinocultura de leite, observou-se que, em resposta ao forte estímulo de preços ocorrido em 2007 e no primeiro semestre do ano seguinte, a produção de leite inspecionado em Minas Gerais cresceu 5% em 2008. Contudo, a crise afetou diretamente esse setor, o que pode ser comprovado pela redução de 17% no valor nominal do leite entre abril de 2008 e 2009 simultânea a um aumento dos custos da ordem de 10%. Ainda, os preços do leite em pó — principal produto da pauta de exportação do setor — no mercado internacional, chegaram a valores abaixo das médias históricas, tornando as exportações pouco atrativas.

Já no tocante à bovinocultura de corte, se no primeiro semestre de 2008 os pecuaristas vinham operando com preços atraentes, a partir de outubro o boi gordo teve suas cotações depreciadas de forma contínua, em função da redução do crédito internacional e da retração da demanda externa. Assim, não diferentemente de outros setores, a pecuária de corte sofreu com o aumento da oferta no mercado interno, que provocou acentuada desvalorização nos preços das carnes. Como agravante, também os frigoríficos estão em crise, com dezenas de unidades paralisadas no país. Em Minas Gerais, o Frigorífico Independência, que chegou a fechar as portas em fevereiro, foi reaberto e se encontra em recuperação judicial, acumulando uma dívida com os pecuaristas que pode chegar a R\$20 milhões. Recentemente, as relações comerciais internacionais do setor vêm sendo restabelecidas, mas ainda é preciso cautela.

Celso Costa Moreira, Diretor Executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados de Minas Gerais – Silemg

Com o crescimento da economia mundial nos últimos anos, especialmente o da China, previa-se um importante crescimento da demanda internacional por proteína animal até 2015, tendência confirmada até o ano de 2007. Com a crise, os preços foram reduzidos ao nível dos custos, o que provocou uma redução da produção de leite. Tal situação de preços, porém, vem sendo revertida em função da intensa estiagem ocorrida no sul do País. Isso interferiu na produtividade daquela região, gerando aumento dos preços, o que tende a reequilibrar a renda dos produtores.

Como já mencionado, apesar da conjuntura desfavorável ao setor de produção de leite ser anterior à instalação da presente crise e de ter sido agravada por ela, no final de 2008, houve uma importante redução da carga tributária incidente sobre a produção primária da cadeia produtiva, com reflexos nos produtos derivados do leite, o que operou efetivamente como medida anticíclica do governo estadual, reduzindo os impactos da crise no setor.

Os esforços tributários de Minas, porém, têm sido anulados por medidas protecionistas de outros Estados. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui tributos diferenciados para o leite paulista o que reduz a competitividade do produto de outros Estados.

Com relação ao financiamento do setor, especificamente no que se refere às práticas do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG – nesse momento de crise, críticas devem ser feitas com relação ao tratamento dispensado aos produtores que se utilizam de financiamentos desse banco para a implantação ou expansão de plantas industriais. Isso porque, empresas que estão investindo em suas plantas, em torres de secagem de soro e de leite em pó, por exemplo, têm tido seus projetos paralisados subitamente pela interrupção de repasses de crédito contratados com o BDMG.

O banco tem retido o repasse de parcelas de financiamentos em função de balancetes desfavoráveis das empresas contratantes, inviabilizando a conclusão dos projetos iniciados, o que potencializa os efeitos da crise sobre esses empreendedores. Deve-se considerar que, de certo modo, é esperado que os reflexos negativos provocados pela crise transpareçam nos balancetes, o que não necessariamente depõe contra a idoneidade econômica da empresa.

Outro tema importante concernente à economia leiteira diz respeito ao soro de leite. Se tratado, esse subproduto pode ser utilizado como alimento, mas, se não houver mercado para o soro brasileiro e não for feito seu tratamento, um grave passivo ambiental é gerado. Atualmente, alguns países produtores de laticínios, como forma de se livrar desse passivo, exportam o soro a preços irrisórios ou mesmo por cessão, sem custo para o importador, desvalorizando o produto nacional. No Brasil, esse subproduto é utilizado na fabricação dos chamados “produtos lácteos” que, apesar de não serem caracterizados como leite, por possuírem qualidade nutricional inferior, concorrem nas gôndolas dos supermercados com o leite, prejudicando duplamente a produção local. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – conhece bem a questão, já tratada pela Casa na CPI do Preço do Leite, ocorrida em 2002. Diante do cenário estudado, faz-se necessário dificultar, ou mesmo impedir a importação desse produto, o que teria repercussão positiva para a economia local.

Por fim, o setor produtivo do leite entende que é possível valorizar e estimular a prática da amamentação natural sem que, com isso, se deprecie o leite de vaca como alimento importante para a nutrição humana, o que estaria ocorrendo com a inscrição nas embalagens de leite alertando sobre as restrições de seu consumo por lactentes e crianças de primeira infância, em cumprimento das disposições da Lei federal

nº11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para esse público.

Eric Miranda Abreu, Presidente do Movimento SOS Cafeicultura

Assim como ocorre em outros setores, a crise da cafeicultura é anterior à atual; os produtores apresentam forte endividamento e temem por uma falência coletiva. Diante desses impasses, nasceu o Movimento SOS Cafeicultura, que realizou, no dia 16 de março de 2009, em Varginha, a “Marcha pelo café”, sob a coordenação da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA – e da Faemg, reunindo cerca de 25 mil produtores de Minas e de outros Estados.

Atualmente, o setor não vive problemas de desemprego, por estar em época de colheita. A preocupação do Movimento se projeta para os próximos meses, quando a mão de obra ocupada nessa empreitada for dispensada. Assim, considerando que a cafeicultura emprega, direta e indiretamente, 8 milhões de pessoas no País, sendo 4 milhões em Minas, teme-se pela desordem social que pode se originar do colapso dessa cadeia produtiva.

Finalmente, em um contexto de queda vertiginosa do preço do petróleo, questiona-se a manutenção do preço do diesel e o aumento dos preços dos fertilizantes, que influem diretamente nos custos do cafeicultor.

Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar – Sindaçúcar-MG – e do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool de Minas Gerais – Siamig

Minas Gerais é o Estado com maior crescimento da produção sucroalcooleira no País, considerados os últimos 10 anos. Nesse período, foram observados índices de crescimento de 212% na produção da cana de açúcar, 175% na de açúcar e 237% na de álcool.

Tabela 2: Taxa de crescimento anualizada, 5 últimos anos – % a.a.

Região	Cana-de-Açúcar	Açúcar	Etanol
Minas Gerais	17,56	10,39	22,08
Centro-Sul	11,04	5,55	13,95
Norte-Nordeste	3,66	1,47	8,50
Brasil	10,04	4,92	13,43

Fonte: Siamig/Sindaçúcar-MG.

Diante do crescimento verificado na tabela 2, a safra de 2009 será a maior já colhida no Brasil, reflexo dos plantios feitos no período de janeiro a março de 2008. Na contramão dessa expressiva safra, pressionados pela queda do preço internacional do

petróleo, os preços do etanol tiveram, nos anos de 2007 e 2008, seu pior desempenho, o que, aliado a esse aumento de produção, tende a dificultar a sustentabilidade das empresas e criar tensões de mercado em 2009.

O setor sucroalcooleiro vinha sofrendo problemas estruturais desde 2007, tendo aprofundado seus impasses de diversas formas em função da crise internacional. São exemplos dos efeitos da crise:

- as dificuldades de obtenção de linha de financiamento de exportação na fase pré-embarque, o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC;
- as dificuldades na rolagem de dívidas;
- os pedidos de recuperação judicial, moratória branca, em função da queda da rentabilidade e da ausência de crédito;
- a diminuição do consumo, resultante da redução da atividade econômica mundial;
- a queda dos preços internacionais do petróleo, represando reajustes necessários ao equilíbrio de receitas e despesas.

Assim, se no momento anterior à crise o esforço de atração de investimentos do setor sucroalcooleiro para o Estado resultou na assinatura de mais de 30 protocolos para a implantação de novas usinas, com a instalação da crise, 16 desses projetos já foram oficialmente cancelados e muitos outros suspensos.

A situação vem sendo agravada particularmente pela política tributária adotada pelo Estado para o etanol. Diversas vezes discutida na ALMG, a manutenção de alíquota de ICMS de 25% sobre o produto, além de inibir o consumo, impõe um regime de baixo faturamento às empresas produtoras, que veem impossibilitada a correção de seus preços, uma vez que o limite é estabelecido em função do consumo mais elevado de etanol por quilômetro rodado em relação à gasolina.

A incongruência da política tributária mineira é flagrante quando observada a proporção do consumo de gasolina e de álcool em Minas e São Paulo, que mantém ICMS de 12% sobre o produto. Enquanto, em 2008, Minas consumiu 3,05 litros de gasolina para cada um de álcool, o Estado vizinho consumiu na proporção de 1:1. Em 2007, essas relações eram de 4,69:1 em Minas e 1,29:1 em São Paulo. Essa redução decorre do aumento de 60% nas vendas do álcool em Minas e de 31% em São Paulo nesse período.

Como nas cadeias do café e do leite, os custos da produção são pressionados pelos aumentos de preços dos fertilizantes, do óleo combustível e das máquinas agrícolas. Em face disso, os custos de produção em diversos períodos dos dois últimos anos foram superiores aos preços do etanol recebidos pelos produtores, eliminando os ganhos de eficiência e as vantagens competitivas do setor no Estado.

Com relação ao financiamento do setor, a crise tem manifestado seus efeitos nas posturas dos bancos privados, que, embora tenham sido beneficiados por medidas de injeção de recursos monetários no sistema financeiro para irrigar as carteiras de crédito interno, têm, durante a presente fase de escassez de crédito internacional, vinculado a concessão de novos empréstimos ao pagamento de dívidas já contratadas, prática que não supre a ausência de crédito externo provocada pela crise e expõe a novas dificuldades o setor produtivo.

Rômulo Luiz Campos, Assessor de Assalariados Rurais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg

A atual crise é também uma crise de confiança dos investidores. Assim, para superá-la, os países deverão ser criativos para atrair a confiança internacional. Essa questão, que será estratégica para a manutenção do crescimento do Brasil e de Minas Gerais nos próximos anos, coloca-se como um desafio aos trabalhadores, aos empreendedores e aos políticos.

No setor da silvicultura, vêm ocorrendo demissões em massa em função da paralisação das siderúrgicas a carvão vegetal, o que afeta toda a cadeia produtiva. Contudo, o setor conta com a vantagem de poder suspender a produção de madeira sem arruinar o produto, diferente da cafeicultura, que não pode deixar o fruto no pé além do tempo, ou da pecuária, cujos animais têm tempo previsto para o abate. Faz-se necessário, então, estabelecer prioridades para o combate à crise no setor agrícola.

Vale destacar que nos setores dependentes da exportação, o mercado funciona com base em contratos individuais. Deve-se estudar a concepção de um marco regulatório para o agronegócio de exportação que incentive estratégias de comercialização setorial para permitir a celebração de contratos coletivos de longo prazo, como forma de conferir um maior poder de barganha ao setor produtivo.

O poder público deve investir na formação de recursos humanos com vistas ao fortalecimento do potencial competitivo nacional e com foco nos setores de maior potencial de agregação de valor. É preciso questionar, por exemplo, se o Brasil deve continuar estimulando a exportação de café verde, considerando que outros países ficam com a maior parte da renda do produto, por agregarem-lhe valor. Conforme apontou o relatório da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira da ALMG, 92% da renda do café fica com o setor intermediário, o que deixa o produtor primário em uma situação significativamente desfavorável. No entanto, infelizmente, essa discussão sobre a agregação de valor não toma lugar no Fórum Nacional do Café. São necessárias, portanto, medidas emergenciais para o setor, tanto na esfera estadual quanto na federal.

Propostas apresentadas:

Setor Agropecuário:

Às entidades do “Sistema S” e à Secretaria de Estado de Educação de Minas Geras – SEE:

- acentuar os investimentos na formação de recursos humanos com foco no empreendedorismo. (Fetaemg)

Aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – e das Minas e Energia:

- promover o desenvolvimento de fontes nacionais de fertilizantes. (Dep. Vaderlei Jangrossi)

Ao Mapa e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa:

- acentuar investimentos em tecnologia e em infraestrutura, de forma a incentivar a redução de custos e elevação de competitividade da agropecuária nacional. (Dep. André Quintão)

À Seapa e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Sede:

- adotar políticas de diversificação da produção e de agregação de valor aos produtos agrícolas. (Dep. André Quintão)

À Seapa e à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – Sefaz:

- adotar política tributária e de incentivo à produção específica para os produtos da mesa do consumidor e diferenciada da adotada para as *commodities* agrícolas. (Dep. Chico Uejo)

Setor Cafeeiro:

Ao Mapa e à Seapa:

- apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho – criado pelo Mapa – para propor soluções ao setor cafeeiro o mais urgente possível; (Faemg)
- investir em programas de divulgação e de melhoria da imagem do café. (Faemg)

Ao Ministérios da Fazenda, ao Mapa e ao Banco Central:

- converter todas as dívidas financeiras da cafeicultura, incluindo o Funcafé e demais fontes do Crédito Rural, em produto físico, calculado com base na saca de 60kg de café, por um período de 20 anos, com as seguintes condições:
 - preço base de R\$ 320,00/saca para o café tipo 7 de café;
 - vencimento da primeira parcela em novembro de 2010;
 - caso o mercado apresente preços que remunerem mais do que os R\$320,00 de referência na data do pagamento da prestação, cabe ao produtor optar pela entrega do produto físico ou quitar os 5% em recurso financeiro (dinheiro);
 - em caso de adversidade climática, a parcela do ano em que a produção for comprometida fica automaticamente prorrogada para o ano seguinte; (Faemg)
- implantar um programa de Leilões de Opções Públicas de Venda de Café, suportado por aporte orçamentário da ordem de R\$1 bilhão, para a aquisição de 3 milhões de sacas; (Faemg)
- atualizar o passivo das dívidas vencidas do setor cafeeiro para o valor presente (data da conversão). A partir da data do vencimento do contrato (ativo, vencido ou em processo de execução), aplica-se a correção monetária até a data da conversão. (Faemg)

Setor da bovinocultura de corte:

Ao Banco Central e ao BDMG:

- incentivar a criação de uma linha especial de crédito para dar suporte às atividades de abate e processamento. (Faemg)

Ao Mapa e à Seapa:

- incentivar os programas de sanidade animal do estado; (Faemg)
- ampliar os investimentos no programa de rastreabilidade animal (Sisbov), coordenados pelo Mapa e Instituto Mineiro de Agropecuário – IMA –, visando ampliar as vendas externas. (Faemg)

Ao Mapa/Companhia Nacional de Abastecimento – Conab:

- incentivar a criação de uma garantia na comercialização de bovinos entre os pecuaristas e os frigoríficos. (Faemg)

Ao Ministério da Fazenda e ao Mapa:

- Isentar de PIS/Cofins as rações e o sal mineral utilizados na nutrição animal. (Faemg)

Setor de bovinocultura de leite:

À Bancada mineira no Congresso Nacional:

- Rever os termos propostos pelo artigo 13 da Lei federal nº11.265, de 2006, de forma a valorizar a prática da amamentação natural sem depreciar o leite de vaca como alimento básico. (Silemg)

Ao BDMG:

- alterar, durante a atual crise, a metodologia de análise de risco do BDMG, atrelada aos balancetes dos tomadores, para contratos já em fase de liberação de parcelas, pois o instrumento é sensível às condições gerais do mercado. (Silemg)

Ao Mapa/Conab:

- apoiar a comercialização do leite, por meio de elevação de preço mínimo, dos atuais R\$0,47/litro para R\$0,60/litro; (Faemg)
- manter os leilões de Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) para o leite; (Faemg)
- criar Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – Prop – para o leite; (Faemg)
- ampliar as compras governamentais de leite por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – da Conab; (Faemg)
- incentivar a criação de um amplo programa de distribuição de leite pasteurizado na merenda escolar. (Faemg)

Ao Ministério da Fazenda e ao Mapa:

- isentar de PIS/Cofins as rações e o sal mineral utilizados na nutrição animal. (Faemg)

Ao Ministério da Fazenda e à Sefaz:

- unificação nacional da alíquota de ICMS do leite fluido e em pó. (Silemg)

Ao Ministério da Fazenda, ao Mapa e ao Banco Central:

- operacionalizar linha de crédito permanente para retenção de fêmeas ou matrizes leiteiras bovinas melhoradas geneticamente, estabelecendo limite de até R\$150 mil por tomador e de até R\$3 mil por animal. (Faemg)

Ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Cultura:

- incentivar a utilização de leite em pó nacional nos programas de governo. (Dep. Antônio Júlio)

Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Mapa e à Seapa:

- criar barreiras à importação de soro de leite. (Silemg)

À Seapa e à Sede:

- desenvolver meios para aumentar o aproveitamento do soro de leite nos laticínios mineiros. (Faemg)

À Seapa, à Faemg e ao Silemg:

- incentivar a criação de um Conselho Paritário entre Indústrias e produtores, a exemplo do Conseleite/Paraná. (Faemg)

À Sefaz e à Seapa:

- permitir o aproveitamento de crédito de ICMS para os produtores de leite que têm seu produto destinado à exportação. (Silemg)

Setor Sucroalcooleiro

À bancada mineira no Congresso Nacional:

- inclusão na reforma tributária da condição de que um biocombustível nunca possa ter alíquota de imposto superior à de um combustível fóssil. (Siamig/Sindaçúcar)

Ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG:

- dinamização do papel do BDMG no repasse de recursos do BNDES. (Siamig/Sindaçúcar)

Ao Governador do Estado e à Semad:

- estabelecer maior nível de governança sobre a questão da gestão ambiental pública, como forma de evitar atuação abusiva dos órgãos do Sisema em detrimento do setor produtivo. (Siamig/Sindaçúcar)

Ao Ministério da Fazenda e Banco Central:

- regulamentar a concessão de empréstimos durante o período de escassez de crédito internacional, de forma a inibir a prática dos bancos nacionais que têm condicionado os empréstimos novos ao pagamento de dívidas já contratadas. (Siamig/Sindaçúcar)

Ao Ministério da Fazenda e ao Mapa:

- unificar as tarifas de ICMS sobre o álcool; (Siamig/Sindaçúcar)
- reduzir o IPI, sobre o açúcar, na condição de alimento da cesta básica. Sobre o produto incide alíquota de 5% de IPI. (Siamig/Sindaçúcar)

Ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central e ao BDMG:

- injetar recursos, a título de crédito de arranque, nas empresas do setor por meio de bancos oficiais. (Siamig/Sindaçúcar)

À Sefaz e à ALMG:

- criar regra clara de vinculação entre a alíquota de ICMS do álcool e da gasolina, de forma de estimular o consumo de álcool e proteger o setor sucroalcooleiro de déficits acentuados, sem que ocorra perda de receita fiscal do Estado. (Siamig/Sindaçúcar)

Além dessas propostas, foi apresentado um documento produzido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA —, contendo proposições para o Plano Agrícola e Pecuário 2009/10. Ainda que não verse especificamente sobre a superação de entraves causados pela crise internacional, o documento constitui resultado de estudo sobre as demandas do setor agrícola, o que o traz à pauta da discussão ora posta.